

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Enquadramento e Objectivos

Com as recentes alterações introduzidas no âmbito do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) torna-se fundamental actualizar os formandos que tem competências nesta matéria.

Assim o principal objectivo desta acção de formação é possibilitar aos formandos estudar e analisar as principais alterações introduzidas no RJIGT, em especial dos instrumentos de âmbito municipal, tendo em vista avaliar em que medida a prática de planeamento e de gestão urbanística municipal ganhou maiores índices de eficiência e de simplificação.

Entidade Formadora/Formador

AMDE / Rui Campino – Licenciado em Arquitectura Paisagista; Técnico Superior do Gabinete de Estudos e do Projecto Municipal do Plano da Câmara Municipal de Coimbra.

Destinatários

Técnicos superiores com responsabilidades nesta matéria.

Calendarização/ Horário

22 e 23/Abril – 14 horas – 2 dias
das 9.30H - 13.00H e das 14.00H - 17.30H

Local

AMDE / Sala de formação teórica

Programa

- Evolução do quadro legal do urbanismo e ordenamento do território;
- Os instrumentos de planeamento:
 - Os tipos (classificações);
 - Relação entre os planos;
 - A dinâmica dos planos;
 - Medidas cautelares dos planos;
 - A avaliação dos planos.
- Os planos municipais de ordenamento do território:
 - Noção e objectivos;
 - Procedimento de elaboração;
 - Conteúdo material;
 - Composição documental;
- Flexibilização do conteúdo;
- Distinção entre planos municipais e demais regulamentos municipais;
- Execução;
- Contratualização.
- A Avaliação Ambiental (Estratégica) dos planos:
 - Enquadramento legal;
 - A AA(E) dos PMOT:
 - Aspectos materiais;
 - Aspectos procedimentais;
 - Aspectos metodológicos.
- Um caso de estudo: O PDM de Coimbra.

Metodologia

Esta acção realizar-se-á com um breve enquadramento teórico, onde serão relembrados os conceitos e a sua exemplificação, e com componentes práticas em que os formandos terão oportunidade de realizar exercícios e trocar experiências.

A participação na acção de formação inclui

Dossier com documentação e Certificado de formação profissional emitido pela AMDE.